



INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
XIX Curso de Especialização em Relações Internacionais

Artigo Final

Orientador

Professor Doutor António Carlos Lessa

A diplomacia brasileira e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Um lugar permanente no Conselho de Segurança: desígnio nacional a manter?

Daniel José Torres Lopes
Universidade de Brasília

Resumo

O presente explica a importância do envolvimento do Estado brasileiro, no âmbito das relações internacionais, na atuação de uma política externa com especial destaque para a relação com a Organização das Nações Unidas, principalmente no período dos governos de Lula da Silva. Ao longo do texto, verifica-se a contínua, profícua e eficaz relação do Brasil com a comunidade internacional desde os tempos da Liga das Nações. Para tal, a diplomacia brasileira foi essencial para a prossecução dos seus objetivos quer junto da comunidade internacional, quer da própria ONU. A afirmação brasileira na região sul-americana e o seu envolvimento em grande escala na ONU, principalmente ao nível das Missões de Operação de Paz, contribuíram para o seu reconhecimento no sistema internacional. Assim, em coordenação com a diplomacia brasileira de excelência, o Brasil tem vindo a encetar diversos esforços (individualmente e através de grupos organizados) no sentido de contribuir para o processo de reforma do Conselho de Segurança da ONU, almejando adquirir o estatuto de membro permanente desse órgão.

Palavras-chave: Diplomacia; Lula da Silva; Organização das Nações Unidas; Reforma.

Abstract

The article explains the importance of the Brazilian state in international relations and its relationship with the United Nations, especially during the Lula da Silva's governments. Through the text, we will confirm that the Brazilian diplomacy has been a truly important instrument to fulfil the Brazil's objectives either in the United Nations as in the international system. The Brazilian affirmation in South America and its great involvement in the UN through the Peacekeeping missions have contributed to its international acclaim. In coordination with the Brazilian diplomacy's excellence level,

this country has been conducting a foreign policy either alone or in conjunction to reform the UN Security Council, seeking the position of permanent member of this executive body.

Keywords: Diplomacy; Lula da Silva; Reform; United Nations.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar, de forma tão sucinta e objetiva, a atuação da política externa pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de que maneira contribuiu, ou não, para a permanente prossecução do objetivo do Brasil em conseguir um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Regional ou internacionalmente, o maior Estado-Nação da América do Sul nunca escondeu a sua vontade de protagonismo no panorama político internacional. Eventualmente, poder-se-á argumentar se merecido ou não em função de vários fatores determinantes, sejam eles de ordem política, económica ou social. Indubitável é que o Brasil é incontornável no estudo da política externa internacional, seja ela mais ou menos contemporânea.

O Brasil foi um dos membros fundadores da Liga das Nações, organização internacional criada em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial. O governo de então (Artur Bernardes, 1922-1926) apostou na sua diplomacia, fazendo dela um instrumento da campanha para garantir um assento permanente, desejo conscientemente perseguido desde 1923 pelo seu ministro das Relações Exteriores, José Félix Alves Pacheco. O objetivo principal era assegurar a continuidade da presença brasileira no órgão máximo da Liga, ameaçada pela pressão crescente de outros países que buscavam uma vaga no Conselho pelo voto da Assembleia. Em 1924, foi criada a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, para a qual foi nomeado como embaixador Afrânio de Melo Franco. Em 1926, porém, durante o governo de Artur Bernardes, retirou-se da organização depois de ver recusado seu pleito por um assento permanente no Conselho. Como os Estados Unidos ao final não aderiram à Liga, o Brasil foi por um tempo o único país americano com assento no Conselho e procurou assumir a condição de porta-voz do continente. Em boa verdade, durante esse período, foi o Brasil o verdadeiro azimute da política externa do continente americano.

O Presidente Bernardes, colocando a questão em termos de dignidade nacional, definiu que a delegação brasileira deveria votar contra qualquer aumento do número de cadeiras permanentes caso o Brasil não fosse contemplado (“vencer ou não perder”). A França, na sua então habitual postura de líder intelectual mundial, imputa ao Brasil o fracasso da Assembleia extraordinária pela questão da composição do Conselho. Logro adiado, mas não abandonado.

“Morta e enterrada” a Liga das Nações, a sua sucessora natural renova a esperança mundial de que finalmente a humanidade seria capaz de se organizar para dar um verdadeiro “salto civilizacional”. A Organização das Nações Unidas (ONU) nasce para liderar um “mundo novo” ao mesmo tempo que pretende deixar para trás um passado menos brilhante. Desde a fundação em 1945 (à semelhança do que passou com a organização anterior), o Brasil faz parte dos seus entusiastas e assume o seu papel de forma coerente e eficaz.

Lograr um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi, desde a criação desta organização, um objetivo do Brasil. Na história mais recente do país, esse desígnio perdeu fulgor reivindicativo por razões conjunturais internas e externas. Contudo, tal não se traduziu num abandono definitivo. Se em determinada altura isso aconteceu, foi claramente temporal e ditada por razões conjunturais e não pela descrença na sua legitimidade.

Certo é que, praticamente desde a sua fundação, a ONU nunca escondeu que a solução de um órgão colegial composto por cinco membros permanentes não era imutável e que inevitavelmente seria revisto num futuro mais ou menos próximo. Recorde-se a substituição de Taiwan pela República Popular da China (RPC) em 1970. No entanto, pese a esperança de outros países com aspirações a um lugar permanente, entre eles obviamente o Brasil, tal “reforma” limitou-se a uma mudança de atores, principalmente impulsionada pelos interesses estratégicos dos Estados Unidos da América (EUA). Frustrou-se então um desígnio nacional, mais ou menos assumido pelo grande país da América do Sul e membro fundador da ONU, que quase obteve um lugar permanente nesse período. Segunda oportunidade gorada para o país. Esmoreceu definitivamente a vontade dos governos nacionais subsequentes? Pareceria que sim, até que no ano de 2002, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente com 52,8 milhões de votos na segunda volta. Em agosto de 2002, o Presidente, ainda na condição de candidato, já defendia a “intenção de garantir por meio da política

externa do seu futuro governo, a presença soberana do Brasil no mundo”¹. Em 2003, Lula da Silva consegue, depois de várias tentativas falhadas, atingir a mais alta magistratura do país. Eis que sem rodeios nem subterfúgios, a questão da reforma do Conselho de Segurança é parte integrante da política externa do seu governo.

Diplomacia brasileira século XXI

Inevitavelmente, a história da diplomacia brasileira do século do qual ainda não passaram duas décadas passa pela figura de Luís Inácio Lula da Silva, do seu governo e, cingindo-nos somente às relações exteriores, do seu Ministro Celso Amorim. Eleito o operário que fazia gala da sua pouca educação, mas que alcançou o posto político de maior importância nacional, o país e o mundo olhavam para a grande nação da América do Sul com sentimentos desencontrados, mas com uma enorme expectativa.

A afirmação seguinte sintetiza de forma indelével o acima exarado: “manteve o Brasil aberto à economia internacional e promoveu o desenvolvimento econômico interno e a inclusão social. Ele trabalhou na superação das desigualdades entre as nações e na eliminação da fome no mundo; e intensificou a harmonia entre o Estado e os líderes sociais a quem ele delegou poder e responsabilidades em relação ao desenvolvimento.”² O programa da candidatura de Lula da Silva (vitoriosa depois de três tentativas falhadas) prometia uma ampla ruptura com o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC). E esse programa contemplava inequivocamente uma mudança substancial na política externa. FHC aderiu ao neoliberalismo, enquanto Lula e os seus colegas aderiram ao neorealismo. Assim, enquanto Cardoso confiou na configuração ideal de uma nova ordem multipolar com o desenvolvimento progressivo de relações internacionais mais justas e harmoniosas, Lula manteve uma visão hierárquica do poder mundial e ficou cético quanto à visão idealista de um mundo em geral mais pacífico, cooperativo e harmonioso”³.

¹ Neto, Danilo Marcondes de Souza, “A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo”. In PAULA, Marilene de, *Nunca Antes na História desse país...?* (Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011), p. 102.

² Cervo, Amado Luiz; Lessa, Antônio Carlos, “An Assessment of the Lula Era”. In *Revista Brasileira. Política Internacional* 53 (*special edition*) (2010). p.6.

³ Bernal-Meza, Raúl, “Pensamento Internacional na era Lula”. In *Revista Brasileira. Política Internacional* 53 (*special edition*), p. 198.

A partir do primeiro mandato presidencial de Lula da Silva (2003-11), a promessa apontava para a mudança. Surgiu um governo distinto, não afinado diretamente com as reformas neoliberais, que passou a estruturar uma conceção (neo) desenvolvimentista, de caráter heterogéneo. “Os idealizadores da política externa de Lula da Silva partilhavam a visão de um mundo multipolar de Joseph Nye, uma útil interpretação que fazia coincidir os pensamentos liberal (Lafer) e o realismo nacionalista brasileiro (incluindo Moniz Pereira e Pinheiro Guimarães). No primeiro caso, os idealizadores da política externa partilhavam uma matriz neo-kantiana e, no segundo, o multipolarismo foi útil para elaborar o conceito do que eles aspiravam para a política mundial. Para ambos, a multipolaridade da nova ordem emergente proporcionava espaço de ação para uma potência intermédia como o Brasil.”⁴

O multilateralismo e o realismo subjacentes foram, desde o início do seu mandato, conceitos muito apreciados pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Em 2013, defende sem rodeios esta perspetiva: “nós vemos o multilateralismo como meio primário de resolução de conflitos e tomar decisões internacionalmente. Defendemos os interesses do Brasil com pragmatismo, sem renunciar aos nossos princípios e valores.”⁵ E assim foi: o país inaugurou uma série de embaixadas, principalmente em África, e aproxima-se, sem rodeios, da China, da Índia e do Médio Oriente. Ainda que tal aproximação não fosse isenta de polémica.⁶

No entanto, o enquadramento teórico da política externa de Lula não se fez sem contradições. Na verdade, a sua “crença na cooperação através das instituições e acordos internacionais (ONU, OMC, G-20, entre outras) aproximam-no do neoliberalismo, mas também foi puramente realista ao buscar e construir alianças para fazer face aos desafios impostos à hegemonia pela ascensão de novas potências”⁷. Esta postura dual e sem preconceitos tem a sua expressão num assumir claro de que o Brasil é e quer ser um agente preponderante na política internacional. Assumiu-se uma visão de que o Brasil é um grande país, consubstanciadas nas palavras do seu Ministro das Relações Exteriores “O

⁴ *Idem*, p. 7.

⁵ Amorim, Celso, “Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview”. In *Revista Brasileira. Política Internacional* 53 (*special edition*), p. 214.

⁶ Jakobsen, Kjeld Aagaard, “Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula”. In *Lua Nova, Revista de Cultura e Política São Paulo* 89 (2013): p. 276.

⁷ Bernal-Meza, Raúl, “Pensamento Internacional na era Lula”. In *Revista Brasileira. Política Internacional* 53 (*special edition*), p. 201.

Brasil não é país pequeno. Não tem e nem pode ter uma política externa de um país pequeno (Amorim, 2007)”⁸.

No entanto, as mudanças conceptuais da política externa brasileira no período dos Governos Lula não se ficaram por aqui. O governo Lula assume uma postura com forte pendor regionalista. O desenvolvimento do conceito de “estado logístico” permite-lhe assumir que não mais é agente de categoria secundária. O Brasil não quer ser mais visto como “periférico” ou “regional” no sentido depreciativo e, aos olhos de muitos analistas, o seu realismo tornou-o na única potência a poder fazer frente à hegemonia vinda do Norte. “Este novo realismo está patente na adesão do Presidente ao conceito de *esferas de influência*, consubstanciado na “divisão da América Latina em duas áreas relativas: Caribe, Central-Norte e Central-Norte Sudeste (México) sob influência dos Estados Unidos da América (EUA) e outra, América do Sul, sob a influência de um MERCOSUR em expansão, mas cujo eixo dinâmico de poder é o Brasil”⁹. Se a nível regional o MERCOSUR é a sua “bandeira” a nível internacional, eleva ainda mais a “fasquia” com o BRICS e o G-8 (atualmente, G7). Não há dúvidas do que Celso Amorim afirmara.

O regionalismo no Brasil sob Lula está em estreita relação com o conceito de Estado logístico e se “a introdução do paradigma logístico durante a era Cardoso não passou de um ensaio”¹⁰, tal não se passou durante a presidência de Lula da Silva. Assim, promove a integração produtiva através de infraestrutura, energia e investimentos brasileiros, enquanto, a nível global, forjou alianças para fortalecer o papel do Brasil como ator “global”. Ao assumir inequivocamente este seu último papel, o Governo Lula não hesitou em financiar uma série de empresas nacionais que possuíam alguma projeção internacional, apoiou uma maior internacionalização da economia sem abdicar a defesa de interesses nacionais. Celso Amorim sintetiza esta maneira de fazer política externa na frase “[...] ativa e altiva. É nacional sem deixar de ser internacionalista”¹¹. Em boa verdade, a retórica política deu lugar a ações concretas com faces bem visíveis a nível internacional deste estado logístico: BNDES, Petrobras, Odebrecht, Vale, JBS, entre outras, ao mesmo tempo que a nível interno desenvolveu um vasto plano de apoio social e de geração de emprego, expoente máximo deste conceito.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Idem*, p. 204.

¹⁰ Cerro, Amado Luiz, “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático”. In Revista Brasileira Política Internacional 46 (2), p. 19.

¹¹ Amorim, Celso, “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”. In Diplomacia, Estratégia e Política (01). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

Não obstante a o governo Lula não ter tido grandes hesitações em discordar dos EUA em assuntos fundamentais, como a segunda guerra do Iraque, as bases na Colômbia, passando pela situação nas Honduras ou a relação com o Irã, sustentando as palavras de Celso Amorim de “pragmatismo, mas sem renunciar a valores”. Em última análise, o objetivo máximo do Brasil de Lula da Silva passava não por uma só meta, mas várias concorrentes. Para tal, fazendo uso de mais ou menos *realismo*, *pragmatismo* ou *estado logístico*: “No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional”¹² e ao “promover este modelo de integração internacional para liderar para o desenvolvimento, o governo Lula formou uma estratégia política e econômica, cujas questões centrais estarão encontrando um novo papel na ordem internacional; este papel central seria alcançado por: gerar confiança entre as principais potências mundiais sobre a confiabilidade e moderação de sua política de multilateralismo; procurando criar acordos com elas para fortalecer o sistema das Nações Unidas; promovendo a importância política de integrar o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança e seu papel na mediação e estabilização no Terceiro Mundo”¹³.

“A política externa realista de Lula levou ao paradoxo de lhe ser atribuído pelos países desenvolvidos o título de *Homem de Estado Global* (Fórum Económico Mundial, Davos, janeiro 2010) enquanto simultaneamente o Brasil assume a liderança e é a principal base do Fórum Social Mundial que representa exatamente o exemplo de rebeldia contra a ordem económica mundial representada por Davos”¹⁴.

Não se pode, nem deve retirar crédito ao governo Lula no âmbito da política externa, ainda que não isento de equívocos ou insucessos como o expressa claramente, entre outros, o Professor Reinaldo Gonçalves:” Os testes estatísticos mostram, conclusivamente, que as viagens de Lula não estão positivamente associadas à intensificação do comércio bilateral de bens. Portanto, no que concerne a um dos seus objetivos mais importantes (integração comercial) e com o instrumento mais notável (viagens internacionais do presidente), a política externa do governo Lula revelou-se um fracasso e implicou desperdício de escassos recursos financeiros e diplomáticos do Brasil:

¹² Luiz Inácio Lula da Silva, *Discurso do Presidente da República*, Biblioteca Presidência da Republica 01 de janeiro de 2003, p. 8.

¹³ Bernal-Meza, Raúl, “Pensamento Internacional na era Lula”. In *Revista Brasileira. Política Internacional* 53 (*special edition*), p. 205.

¹⁴ *Idem*, p. 206.

Lula foi um fiasco no seu papel de caixeiro-viajante”¹⁵. Se por um lado guindou o Brasil a um papel relevante na cena política internacional (e de que ainda hoje goza de proveitos), recentrando e reforçando o debate de que o Brasil não é só um país grande, mas também um grande país, incontornável no espectro político internacional e com capacidade de influência global.

A sua política externa obteve sucessos claros, mas não se apaga o falhanço da OMC. O insucesso no tão almejado lugar no CS merece, na opinião do autor, o benefício da dúvida, não obstante a outros académicos, como os Professores Antônio Carlos Lessa e Amado Luiz Cervo, o considerarem como um insucesso¹⁶ assim como, aqui com pertinência inquestionável, de que uma das prioridades assumidas desde o primeiro momento, o Mercosul, não atingiu os fins a que se propunha. Questiona-se se seria o MERCOSUL um desígnio de grande importância para o Brasil ou era encarado como um instrumento para o verdadeiro objetivo final: assento no Conselho de Segurança.

Por razões de vária índole, o governo de Lula não conseguiu fazer “despegar o MERCOSUL”. Podem invocar-se razões históricas, em particular da Argentina, diferenças ideológicas com o Chile, assuntos pendentes com o Paraguai e a Bolívia, interesses internos e externos de vários países da América do Sul e atores externos como os EUA, falhanço na consecução de grandes projetos regionais, levando a esse falhanço. Contudo, refira-se a falha brasileira em não conseguir, na América do Sul, liderar um projeto regional que o reconhecesse como líder incontestável que deveria representar toda a América exceto EUA e Canadá no CSNU. Se agregarmos o inêxito da OMC, parte do falhanço de não conseguir um lugar permanente está explicado, tal como ditam os académicos aqui referidos. Os mesmos que sustentam também êxitos visíveis, desde logo o BRICS, o elevar o Brasil à categoria de potência económica mundial (ainda que alicerçada em bases frágeis), reposicionar o diálogo Norte- Sul e assumir-se como agente internacional com capacidade de influência mundial como no caso das negociações com o Irão.

¹⁵ Gonçalves, Reinaldo, “Política externa, viagens internacionais do presidente Lula e comércio exterior”. IE-UFRJ, 2017, p. 2.

¹⁶ Cervo, Amado Luiz; Lessa, Antônio Carlos, “An Assessment of the Lula Era”. In Revista Brasileira. Política Internacional 53 (*special edition*) (2010).

Contribuições da diplomacia brasileira para a nova ordem internacional

O Brasil é um enorme Estado que com os seus cerca de 16.000 km de fronteira terrestre, e cerca de metade desse valor de fronteira marítima, ocupando grande parte da América do Sul dispendo de fronteira com dez países. Não se pode esquecer o seu processo de emancipação da potência colonial ao tempo (Portugal), assim como as variadas vicissitudes da política interna que o fizeram oscilar politicamente ao longo dos seus mais de duzentos anos de história. Certo é que o fato do processo de independência ter sido feito sem custos elevados, ao contrário do que era então habitual. O país não se esgotou assim numa guerra de independência e pode sim dedicar-se a evoluir (mais ou menos em função dos tempos políticos vigentes) de maneira pacífica.

Não obstante a todas as influências recebidas por ser um país com forte componente emigratória, o Brasil consegue afirmar-se como um grande Estado Nação. Acresce a esse fato a característica de ser o único país que participou nas duas grandes guerras que assolaram o mundo no século passado. Apesar de tudo, desde sempre o Brasil deu mostras de elevada capacidade de dar contributos muito válidos à comunidade internacional, da qual talvez a mais significativa seja a que deriva da Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, consistindo num diploma legal que extinguiu a escravidão no Brasil. Logo de um país cuja formação tinha exatamente assente nessa ordem social.

O país rapidamente buscou a sua inserção na sociedade mundial, e talvez devido às suas particularidades geográficas, económicas e sociais, rapidamente desenvolveu uma forte capacidade diplomática, cujo expoente máximo foi (e continua a ser alvo de estudo e veneração) um advogado, diplomata, geógrafo e historiador brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), mais conhecido como Barão do Rio Branco.

Por todas as condições enumeradas e talvez ainda mais influenciado pelas características geográficas, o Brasil desde cedo buscou soluções negociadas e não belicistas para os seus conflitos. Convém manter presente que no período em questão, fronteiras eram permanentes focos de conflito e disputas, normalmente resolvidos com recurso às armas. “O Brasil soube, por meio de sua diplomacia, preservar a unidade nacional e manter o equilíbrio de poder, tendo desenvolvido ao longo dos últimos cento e cinquenta anos uma cultura pacífica com seus vizinhos. Por sua dimensão, peso económico e algumas peculiaridades – um longo período de duração do Império, a solitária língua portuguesa e a identidade cultural voltada para si própria ou de costas para

as manifestações dos vizinhos latino-americanos”. Até aos dias de hoje essa herança pacífica mantém-se, mesmo depois de passar por dois conflitos bélicos de enormes proporções. Mesmo depois de alguns desencantos provocados por quem na verdade usufruiu da sua boa vontade e esforço, como os Aliados durante as duas Grandes Guerras, mas que na hora de atribuir um lugar no CS, não passaram das intenções. Ainda assim manteve e mantém forte vocação conciliadora, cooperativa e solidária, considerada excessiva, na opinião de alguns (2,550 milhões de Reais investidos no Haiti¹⁷). Certo é que o Brasil, nos dias de hoje, é um ator internacional que não pode ser ignorado.

Desde o início, o governo de Lula foi visto com alguma desconfiança, sendo que a sua base ideológica de sustentação não alinhava com o pensamento generalizado entre os líderes mundiais, mesmo entre aqueles que teoricamente estão na sua gênese de pensamento ideológico.

Desde o discurso de tomada de posse que Lula assume um novo rumo diferente de todos os governos até então, que fica bem patente no seu discurso de posse "Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro"¹⁸. Na mesma ocasião, e quase desde o início do seu discurso, Lula assumiu que quer relevância internacional para o país, “uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional”¹⁹. No mesmo discurso, dá o mote do que se seguiria, com mais ou menos sucesso, na estratégia da sua política externa; incremento do regionalismo, a “grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e de unidade”, mas também do seu papel de ator global, manter boas relações com a grande potência do Norte, mesmo que desde logo marque terreno para abrir linhas diretas com outros parceiros e organizações internacionais relevantes (China, Índia, Rússia, África do Sul OMC, União Europeia, MERCOSUL). No mesmo discurso, deixa de forma clara a sua preferência pela ONU e refuta hegemonias, assumindo claramente o conceito de multilateralismo e universalismo. O início do novo século, alicerçado no fim da Guerra Fria e das profundas mudanças resultantes dos acontecimentos de setembro de 2001, parecia trazer as condições ideais para uma contribuição decisiva do Brasil para a política

¹⁷ Retamal, Hector. ONU decide encerrar missão de paz comandada pelo Brasil no Haiti. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mar 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1875340-onu-decide-encerrar-missao-de-paz-comandada-pelo-brasil-no-haiti.shtml>. Acesso em: 11 mar 2018.

¹⁸ Luiz Inácio Lula da Silva, *Discurso do Presidente da República*, Biblioteca Presidência da República 01 de janeiro de 2003, pp. 1-2.

¹⁹ *Idem*, p. 9.

internacional e desde o início do seu governo, Lula não desperdiçou a oportunidade. O reforço do multipolarismo e multilateralismo eram evidentes, pelo que Lula não deixou de reivindicar protagonismo para o Brasil através de um discurso diplomático incisivo, pressionando a revisão de diversos temas da agenda internacional, como a segurança mundial, a liberalização do comércio mundial e as mudanças climáticas. O Brasil assumiu um papel relevante na Conferência da OMC em 2003, na cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, na formação do G-20, imprimiu relevância ao seu esforço nacional de defesa do meio ambiente com o seu programa de biocombustível. A nível regional, dá um claro sinal de vontade e de capacidade ao assumir a liderança da missão de paz no Haiti (2004-2017). Buscou apoios, e ao mesmo tempo demonstrou capacidade de influência noutras áreas do globo, em particular em África e na Ásia. Assumiu também papel relevante no BRICS²⁰, no Fórum IBSA²¹ e talvez mais que tudo ao integrar o G4²², assumindo assim claramente que reivindica um lugar perante no CSNU.

Esta intensa atividade da política externa de Lula expressa bem o seu pensamento global manifestado de forma inequívoca no seu primeiro discurso na abertura da Assembleia Geral (AG) da ONU em 2003, “nesses nove meses como Presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes”²³ e autores inquestionáveis exprimem este mesmo sentido. O que pretende Lula com esta intensidade diplomática? “Estas ligações foram tentativas de coordenar dois conjuntos de ideias:

1. A visão de mundo de um país que se vê como um poder regional em ascensão pacífica, um grande mercado emergente, um promotor de uma ordem internacional genuinamente multipolar para a qual os espaços multilaterais são uma condição essencial; e
2. Uma visão arrojada da política internacional e uma leitura essencialmente positiva, segundo a qual as atuais circunstâncias internacionais favorecem uma revisão dos mecanismos de decisão em diferentes áreas.”²⁴

A América do Sul não era suficiente para Lula e para a sua política exterior. Transformar um país, ainda que dono de uma incomensurável riqueza, requer mais que

²⁰ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

²¹ Índia, Brasil e África do Sul.

²² Brasil, Japão, Alemanha e Índia.

²³ Luiz Inácio Lula da Silva. “Discurso de abertura da AG da ONU 2003”. In *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*, Fundação Alexandre de Gusmão, 3ª edição, p. 840.

²⁴ Lessa, António Carlos. “*Parcerias estratégicas do Brasil: um balanço da era Lula (2003 -2010)*”. In *Revista Brasileira Política Internacional* 53 (*special edition*) (2010): pp. 117-118.

vontade e declarações políticas dos seus responsáveis. A história mostra que o grande país da América do Sul teve períodos de maior e menor fulgor, mas o passo decisivo para integrar de maneira permanente o “clube das grandes potências” parece ainda estar por atingir. Potencial o país tem, disso seguramente ninguém duvida, mas atingir esse *status* requer capacidade económica, desenvolvimento educacional e social compatível, desenvolvimento tecnológico e capacidade militar. Lula claramente tinha por objetivo último o lugar permanente no CSNU. Isso colocaria o Brasil no patamar superior dos Estados, “objetivo de uma parte significativa das principais reviravoltas da política externa brasileira na era Lula da Silva: a prossecução de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.”²⁵

O início do seu mandato é marcado pela desconfiança de (pelo menos da parte mais conservadora) comunidade internacional. A história de sindicalista de Lula e a filosofia de esquerda do seu partido a isso induzia sem esforço, pelo que Lula se viu na “obrigação” de logo nessa fase dar um sinal à comunidade internacional que, não obstante esse historial, a estabilidade política e de desenvolvimento sem sobressaltos do país, apoio ao sistema mundial e à sua macroeconomia, não seriam colocados em causa na sua essência. Mudança, mas com tranquilidade. Foi nesse sentido que participou nas reuniões do Fórum Social em Porto Alegre e de seguida participou no Fórum Económico Mundial em Davos. A comunidade internacional, e principalmente a sua componente económica, reagiram positivamente e o país sentiu resultados económicos e políticos.

No seu discurso antes referido perante a AG, Lula sentiu-se suficientemente empoderado para implicitamente criticar a potência hegemónica à altura, assim como os seus aliados (fruto da intervenção norte-americana no Iraque), reivindicou o legado de Sérgio Vieira de Mello, mas deixou claro que a grande política mundial tem de ser dirigida no âmbito de ONU e o Brasil deveria estar aí presente de maneira permanente, sendo para isso necessário que se proceda com a reforma do CSNU. Mas Lula foi mais longe e deixa claro que o seu “pacote reformador” incluía o ECOSOC e a AG. Se a ambição global era a “pedra de tom”, neste seu discurso não deixou de marcar a pauta internacional ao colocar claramente que o mundo necessitava de mais: reforço do regionalismo, as relações com África e as nações árabes, o fórum trilateral IBSAS, OMC e a ação do G20. Mas também aqui deixou marca ao propor a criação de um Fundo

²⁵ *Idem*, p. 118.

Mundial de Combate à Fome²⁶. Para início de carreira internacional, Lula regressara de Nova Iorque com distinção. O mundo olhava para o Brasil de outra forma. Nos anos subsequentes, Lula manteve o tom na reforma do CS e deixou claro que “qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes, é, com certeza, insuficiente”²⁷. Nesse mesmo ano, Lula discursou na reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização e na reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome a pobreza”, a 20 de setembro de 2014, em Nova Iorque.

O rumo encontrava-se claro: O limite para o Brasil de Lula é o mundo. Nos anos seguintes, alternou protagonismo na AG com o seu ministro Celso Amorim, mas não deixou de marcar presença em fóruns fundamentais como no Debate de Alto Nível sobre Financiamento ao Desenvolvimento, na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança da ONU e na Reunião de Alto Nível da AG da ONU sobre a implementação das Metas do Milénio. Mas o seu objetivo último continuava a enfrentar muitas dificuldades. Principalmente para quem esteve tão perto de ser membro permanente, para um país que esteve presente no CS como membro não permanente em dez diferentes ocasiões, no período compreendido entre 1957 e 1967, o Brasil participou em seis missões de paz e já a partir de 1989 e até 2006 em dezanove missões de paz. Se Lula iniciou em 2003 a sua “luta” pela reforma do CS perante a ONU, coube ao Ministro Celso Amorim encerrar este ciclo em 2010. Não obstante a forte crise de 2008, o Brasil “aguentou o impacto” e Amorim e assumiu sem rodeios a tarefa de liderar o processo de ajuda internacional ao grande terremoto que assolou o Haiti no início desse ano. Ao mesmo tempo que desempenhou um papel decisivo em conjunto com a Turquia, na obtenção do acordo inglório acerca do programa nuclear com o Irão.

Mas, “solidificou-se a percepção de que o Brasil havia definitivamente passado a ocupar um lugar preeminente entre as maiores economias do mundo”.²⁸ Lula deixou a liderança da grande nação sul americana sem ver esse desígnio cumprido. Mas que tentou arduamente e até ao “último suspiro”, isso é indiscutível. Talvez o maior legado da política externa brasileira da era Lula tenha sido a demonstração ao mundo que o Brasil é um parceiro confiável, sólido e moderno, mas com identidade própria. Novos tempos,

²⁶ Silva, Luiz Inácio Lula da. “Discurso de abertura da AG da ONU 2003”. In *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*. Fundação Alexandre de Gusmão, 3ª edição, pp. 836-837.

²⁷ *Idem*, p. 859.

²⁸ Corrêa, Luis Filipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*. Fundação Alexandre de Gusmão, 3ª edição, p. 955.

novas políticas. O Brasil é hoje um ator de respeito indelével na cena política internacional “A nossa voz é ouvida com maior atenção, não porque gritamos, mas porque somos mais respeitados.”²⁹

Propostas sobre uma possível reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Em Dumbarton Oaks (Washington, *District of Columbia*, USA) entre agosto e Outubro de 1944, foi acordado entre a União Soviética, os Estados Unidos, a China (Formosa) e o Reino Unido que uma organização universal, baseada no princípio da igualdade entre Estados soberanos, seria criada. O texto básico foi então examinado pelos participantes da Conferência de São Francisco em abril de 1945, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada por cinquenta países. Em 24 de Outubro do mesmo ano, com a ratificação da Carta pelos futuros membros do Conselho de Segurança e pela maioria dos países, a ONU nasceu. Desde esse momento, mesmo que a transformação da cena internacional esteja longe de terminar, certo é que as Nações Unidas têm desempenhado um papel fundamental no sistema de equilíbrio de poderes.

A ONU é composta por seis órgãos principais: o Conselho de Segurança (CS), a Assembleia Geral (AG), o Conselho Económico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela (CT), o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e o Secretariado. O sistema ONU é ainda formado por Agências, Fundos e Programas, cada qual com orçamentos e mandatos distintos. Segundo a Carta, documento fundador e orientador da ONU, cabe primordialmente ao CSNU a responsabilidade na manutenção da paz e segurança internacionais, tendo as grandes potências um papel de destaque reconhecido por este órgão, através da representação permanente no mesmo. Detêm, ainda, o direito de veto.³⁰

Em boa verdade, o CSNU já sofreu alterações. Profundas o suficiente para ser considerada uma reforma? Parece unânime aos dias de hoje que o alargamento do número de membros não permanentes de seis para dez a 17 de dezembro de 1963 (entrada em vigor em 1965), a substituição da ilha de Taiwan (Formosa) pela República Popular da China (RPC em 1971, ao tomar o lugar de Formosa (hoje Taiwan), e o assento da U.R.S.S.

²⁹ Amorim, Celso, “Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral”. In *Revista Brasileira Política Internacional* 53 (*special edition*) (2010): p. 239.

³⁰ *Idem*, pp. 100-101.

tomado pela Federação Russa em 1991, não são mudanças significativas o bastante para serem consideradas como reforma.

Aplicar-se-á a frase emblemática de Lavoisier “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, e tão recorrentemente associada ao Conselho de Segurança da ONU? Parece evidente que o CSNU, como qualquer organização, instituição, estrutura produtiva ou outra não é imune ou isento a mudanças. Reformar ou remodelar este órgão? Parece, sem margem para muitas dúvidas, que o termo mais vezes empregue por responsáveis políticos mundiais, é o termo *reformatar*. Talvez por estar mais associado a seus sinónimos como corrigir, moralizar, aumentar ou aperfeiçoar. Certo é que é preciso e mais premente se tornou depois das consequências do 11 de Setembro depois da grande expectativa criada com o fim da Guerra Fria: hora certa para se transformar profundamente um órgão de decisão fundamental para a segurança internacional nascido no período pós-segunda guerra. Algo está errado no CSNU e necessita de correção. Assim sendo, reformar é preciso e até hoje ninguém se atreveu a afirmar o contrário de maneira categórica. Se é a estrutura, o modelo, o financiamento, a burocracia, ou outro(s) motivo(s), identifique-se, mas corrigir é imperativo. Identificar a metodologia substantiva para fazer essa mudança levaria a um esforço altamente desafiante, mas que por óbvias razões temos de limitar.

Autores como Maurice Bertrand, Martin Rochester ou Andy Knight têm dedicado diligentes esforços nesse sentido. Até aos dias de hoje, a ONU tem dado poucas amostras de querer fazer reformas no sentido lato da palavra, optando por usar “tratamentos paliativos” por oposição aos “tratamentos preventivos”. A organização tem-se limitado a reduzir despesa, cortes de programas, redução de pessoal, equipamentos, sinergias dolorosas, muito bem sintetizadas nas palavras do atual Secretário-geral durante a sua audição pública para o cargo a 13 de abril de 2016 “temos de fazer mais com menos”. A ONU, sobretudo devido às crises financeiras e económicas, adotou uma postura economicista e a essa postura não é imune ao CSNU nem a sua tão desejada (e sempre adiada) reforma.

O mundo mudou substancialmente e essa mudança profunda está presente a todo o momento. Em discursos recentes, o recém-empossado Secretário-geral da ONU, António Guterres, exprimiu claramente que “a ONU deve preparar-se para mudar”. Avisou então,

dizendo que é tempo de a organização “reconhecer as suas insuficiências e de reformar o modo como funciona³¹”. Disse, ainda: “A paz deve ser o nosso objetivo e o nosso guia”.³²

Atualmente, o CSNU constitui-se por quinze Estados, sendo que cinco dispõem de assento permanente com o cobiçado direito de veto – Estados Unidos da América (EUA), Rússia, China, França e Grã-Bretanha –, enquanto há dez outros com mandato de dois anos, distribuídos de acordo com critérios geopolíticos e de representatividade – cinco para África e Ásia; dois para América Latina e Caribe; e três para a Europa: um para a parte leste e dois para a ocidental.

Grandes potências económicas emergiram depois da Segunda Guerra Mundial como o Japão e a Alemanha (curiosamente dois perdedores). O mundo quase quadruplicou o número de países (51 em 1945 para os atuais 193) com assento na ONU, outras potências económicas emergiram (como o Brasil, a Índia e a África do Sul), cresceu o número de membros do “clube nuclear”, entre outras razões para essa tão desejada reforma.

Modelos vários têm sido apresentados e mais ou menos defendidos. O carácter fortemente institucional e o até agora demonstrado espírito corporativista do CSNU tem levado, e não aparenta mudanças, de que será um processo demorado, quanto mais não seja pela pouca predisposição demonstrada por vários dos membros (particular ênfase para seus membros permanentes), os quais, não obstante a retórica mais ou menos habitual, defendendo a necessidade de mudança, até ao momento não deram mostras claras de que realmente pretendem levar a cabo a necessária reforma. Será sem dúvida um processo altamente disciplinado e controlado, até mesmo porque o “núcleo duro” do CSNU não chegou a qualquer acordo para tal. Convém não esquecer que a Carta da ONU permanece inalterada desde 1945. Mudanças de metodologia e ou organizacionais ao nível interno do seu Secretariado, Agências, Fundos e Programas não têm passado disso mesmo, ou seja, de mudanças organizacionais com vista a melhorar as suas sinergias ou economias de escala como a que está em curso com os seus Departamentos de Salvaguarda e Segurança, Operações de Paz, Apoio ao Terreno, Missões Políticas e Serviço Salvaguarda e Seguranças dos seus Quartéis Gerais, ou outros como o em curso com o Programa de Desenvolvimento da ONU (PNUD). Todos esses e outros ainda

³¹ Guterres, António. Discurso como recém-eleito Secretário-geral da ONU. Nova Iorque, 12 dezembro 2016.

³² Guterres António. Discurso de posse como Secretário-geral da ONU. Nova Iorque, 1 janeiro 2017.

subsidiários encontram eco nas palavras do atual Secretário-geral quando defendeu durante a sua candidatura que “temos de fazer mais com menos”³³.

O Brasil propôs, em determinado momento histórico (1993), um lugar sem direito de veto, acompanhado por outros países emergentes: “Itamar Franco aspirava ao ingresso permanente no Conselho de Segurança como representante regional ou periférico/em desenvolvimento. O propósito não havia sido solitário, ao mencionar países como Alemanha, Japão, Índia, Nigéria ou Egito, e contemplava a sua entrada, ainda que sem o direito de veto inicialmente.”³⁴ Se este projeto não teve o sucesso pretendido, outros seguir-se-iam; “por ocasião dos cinquenta da ONU, outra proposta foi apresentada: o da Comissão de Governança Global aconselhava o alargamento por meio da criação de uma nova categoria, sem direito a veto, com mais cinco países permanentes: dois industrializados (provavelmente Japão e Alemanha, e um da Ásia, da América Latina e de África. Ademais, três outros se somariam às vagas alternadas, de forma que o total chegaria a 23. Em vez de nove, seriam necessários 14 votos para a obtenção do consenso”.³⁵

“Em março de 1997, a 51ª Assembleia Geral da ONU apresentaria projeto de alteração do CSNU com o seguinte delineamento: mais cinco membros permanentes, sem direito a veto, e mais quatro rotativos. Em julho, os Estados Unidos, por meio de Bill Richardson, embaixador perante a ONU, se posicionariam pela ampliação com um representante continental da África, América e Ásia, desde que mantidas as prerrogativas dos cinco fixos”³⁶. Não obstante a uma quase permanente retórica em favor da reforma, ora os EUA, a Rússia, a Itália, a Argentina, o México ou a Índia colocaram mais problemas que soluções, tendo sido a reforma uma vez mais adiada.

Em boa verdade, a Resolução 1991 de 17 de dezembro de 1963 (XVIII), que criou quatro novos assentos não permanentes foi a última digna dessa qualificação. A resolução obteve 97 votos a favor (Taiwan), 11 contra (França e União Soviética) e 4 abstenções (Estados Unidos e Reino Unido).

Os membros permanentes deram conta do elevado custo político de impedir a entrada em vigor de uma emenda que havia sido aprovada pela maioria dos Estados Membros das Nações Unidas, destinada a aumentar a legitimidade do Conselho. Assim,

³³ Guterres António. Discurso como candidato, Nova Iorque, 13 abril 2016.

³⁴ Arraes, Virgílio Caixeta. “O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002”. In Revista Brasileira Política Internacional 48, 2005: p. 6.

³⁵ *Idem*, p. 8.

³⁶ *Idem*, pp. 11-12.

os P5³⁷ acabaram por ratificar a emenda em 1965, que entrou em vigor a partir da ratificação norte-americana em 31 de agosto de 1965.³⁸

Nos tempos atuais, atores individuais ou de alguma maneira organizados têm, na medida do possível, procurado trazer para a discussão interna e externa a necessidade de impulsionar a tão propalada reforma. Entre eles obviamente o Brasil. Mas não só, outros como a Alemanha, o Japão, Índia, África do Sul e até a Nigéria e Itália. O G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) já em 23 de setembro de 2011 divulgou um comunicado conjunto reforçando a proposta brasileira de reforma do Conselho de Segurança da ONU, ampliando o número de vagas para membros permanentes e não permanentes. Adicionalmente, a *União Africana* e o *Grupo Unidos pelo Consenso* ou ainda grupos de trabalho com dimensão interna como *Grupo de Trabalho de Término Aberto*.

Se o G4, e em particular o Brasil durante o Governo Lula, têm sido particularmente reivindicativos no que concerne à necessidade da reforma, em determinado momento os EUA, durante a administração Clinton, apoiaram a adesão da Alemanha e do Japão como membros permanentes, considerando ainda a aceitação de três lugares permanentes para as nações em desenvolvimento das regiões de África, Ásia e América Latina.³⁹ No entanto, no mesmo documento, os EUA deixam claro que não consideram alterações ao direito de veto dos atuais membros permanentes, apesar de antes declarar que ainda não tinham posição definida para esse direito para os novos membros.

Pareceria, à primeira vista, que a soma dos esforços dos países individualmente com os grupos organizados levaria a “bom porto”. Até hoje, porém, os interesses individuais e respetivos consumos eleitorais internos sempre se sobrepuseram ao tão ansiado espírito de “*One UN*”. Brasil e Argentina, África do Sul e Nigéria, Itália e França, Japão e China nunca fizeram progressos suficientes para ultrapassar os nacionalismos, regionalismos ou interesses estratégicos nacionais.

Outras propostas foram apresentadas pela Organização, como as derivadas do grupo de trabalho criado em 1979 no âmbito da Assembleia Geral denominado de “*Equitable representation on and increase in the membership of the Security Council*”⁴⁰ como a

³⁷ Por P5 entenda-se *Permanent Five*, ou seja, os atuais membros permanentes do CSNU.

³⁸ Ministério das Relações Exteriores. A reforma de 1963-65. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: <http://csnu.itamaraty.gov.br/a-reforma-1963-65>. Acesso em: 12 fev 2018.

³⁹ Departamento de Estado dos E.U.A., “UN Security Council Expansion,” 05/04/2000. Disponível em: http://1997-2001.state.gov/www/issues/fs-unsc_expan_000405.html. Acesso em: 13 fev 2018.

⁴⁰ Assembleia Geral da ONU, “*Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council*”, A/RES/47/62, 11 dez 1992. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/47/a47r062.htm>. Acesso em: 15 jan 2018.

expansão de membros não permanentes de dez para catorze, ficando estabelecido a seguinte distribuição: quatro para os Estados africanos; três para os asiáticos; dois para os da Europa Ocidental e outros, e um assento alternado entre os Estados asiáticos e africanos. Outra Proposta de Resolução, A/34/L.63154, submetida por oito países da América Latina⁴¹, propôs expandir o CSNU para vinte e um membros, dos quais dezasseis seriam membros não permanentes⁴². Várias outras iniciativas foram ficando pelo caminho como o “*Open-ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and Other Matters related to the Security Council*” (também designado por *Working Group* ou OEWG).

De 28 de Novembro de 1995 a 13 de setembro de 1996, no mesmo período em que o português Diogo Freitas do Amaral era Presidente da AGNU e do OEWG, organizaram-se trinta e nove reuniões formais e dezassete consultas informais. Várias propostas foram submetidas, principalmente orais, embora alguns Estados ou grupos de Estados o tivessem feito por escrito, como foi o caso da Organização da União Africana, do México, da Argentina e da Nova Zelândia, do Egito (em representação dos Países Não-Alinhados), de Espanha, da Itália, da República Checa, do Mónaco, do Uruguai, da Austrália, da Alemanha, de Belize, da Malásia, da Noruega e da Ucrânia.⁴³

O ganhês Kofi Annan, sucessor do egípcio Boutros Boutros-Ghali à frente do Secretariado da ONU (1997–2007), não esqueceu o legado do seu antecessor, retomou em 2003 a demanda de “reestruturação da composição do Conselho de Segurança” e revisão dos seus “procedimentos anacrónicos” que conduzem a que as “questões de poder se sobreponham a questões de justiça”.⁴⁴ O apelo mencionado resultou da pressão da Alemanha e do Japão para a sua inclusão no CSNU como membros permanentes, aos quais se juntaram o Brasil e a Índia, formando o *Group of Four* (G4).

Kofi Annan apresentou o documento: “*High Level Panel on Threats, Challenges and Change*”, contribuindo para o aceleração do debate da reforma da ONU. Em dezembro de 2004, o Painel divulgou o relatório *A More Secure World: Our Shared*

⁴¹ Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Panamá, Perú e Venezuela.

⁴² Fassbender, Bardo, “All Illusions Shattered? Looking Back on a Decade of Failed Attempts to Reform the UN Security Council”. In Max Planck Yearbook of United Nations Law, 7 (2003): pp. 187-188.

⁴³ Assembleia Geral, “*Report of the Open-ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and increase in the Membership of the Security Council and other matters related to the Security Council*”, A/50/47/Add.1, 13/09/1996, Disponível em: <http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/234/70/IMG/N9623470.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 jan 2018.

⁴⁴ “An Agenda for Peace”, *United Nations Rule of Law*, 15/09/2015. Disponível em: http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf. Acesso em: 18 jan 2018.

Responsability (A/59/565⁴⁵) que incluía 101 recomendações em torno de dois modelos (A e B) que os Estados-Membros deviam considerar para a reforma do CSNU.

O Modelo A propunha adicionar seis novos membros permanentes (dois deles para continente africano, dois para a Ásia-Pacífico, um para a Europa e um para o continente americano) sem direito de veto, e três novos membros não permanentes eleitos por um período de dois anos. O Modelo B, por sua vez, consistia na criação de uma nova categoria de oito membros, renováveis de quatro em quatro anos, e um novo membro não renovável eleito por dois anos. Ambos os modelos aumentariam o CSNU para vinte e quatro membros. Como esta, outras iniciativas se seguiram como em 2005 Cimeira Mundial em 2005 (14 a 16 de setembro de 2005), no qual mais de 150 Chefes de Estado marcaram presença naquele que, até à data, tinha sido o maior encontro de líderes mundiais. O objetivo da Cimeira foi juntar as propostas lançadas pelo Secretário-Geral no seu relatório *In Larger Freedom* (A/59/2005)⁴⁶ em março do mesmo ano. Contudo, o resultado foi mais um fracasso. Outras tentativas como a do Presidente Pervez Musharraf do Paquistão e o Primeiro-Ministro italiano Romano Prodi quando realizaram um jantar para cerca de 60 Estados, incluindo Alemanha, o Brasil e o Japão, com visões e propostas distintas sobre a reforma do CSNU ou a proposta apresentada em consequência pelo Panamá, em 2007 vinte e cinco Estados-Membros submeteram à Assembleia Geral a Resolução A/61/L.69/Rev.1⁴⁷, a 14 de Setembro de 2007, solicitando a Srgjan Asan Kerim, Presidente da AGNU, que iniciasse reuniões intergovernamentais considerando entre outros pontos a expansão dos assentos no Conselho de Segurança a membros permanentes e não permanentes. Mais recentemente outros esforços se podem contabilizar, nomeadamente quando em fevereiro de 2015, vários Estados-Membros apresentaram propostas às negociações da reforma do Conselho de Segurança.⁴⁸ Insucesso esperado quase à “nascença”.

⁴⁵ Assembleia Geral, “*Note by the Secretary-General*”, A/59/565, 02/12/2004, Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CPR%20A%2059%20565.pdf>. Acesso em: 29 dez 2017.

⁴⁶ Assembleia Geral, “*In larger freedom: towards development, security and human rights for all*”, A/59/2005, Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/2005. Acesso em: 29 dez 2017.

⁴⁷ Assembleia Geral, “*Security Council reform process*”, A/61/L.69/Rev.1, 14/09/2007, Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N07/506/04/PDF/N0750604.pdf?OpenElement>. Acesso em: 30 dez 2017.

⁴⁸ Center for UN Reform, “*Security Council Reform: How to arrive at a more operational text?*”, 17/02/2015, Disponível em: <http://www.centerforunreform.org/?q=node/628>. Acesso em: 30 dez 2017.

Até à data, reforma digna desse conceito parece não ser aplicável ao órgão decisivo da maior organização do planeta.

Brasil na ONU: uma história de sucesso

No dia 23 de outubro de 2017, o Coordenador Residente da ONU no Brasil declarou: “É inteiramente merecido que esta alocução se inicie com o devido reconhecimento, ao Estado e à Nação Brasileira que sempre primou e continua a fazer jus aos mais altos valores emanados da Carta da Organização das Nações Unidas”⁴⁹.

O historial do Brasil no seio da Organização não é isento de situações menos felizes como antes se referiu, no entanto justo é do mesmo modo que se reconheçam os sucessos. E estes são muito mais significativos. A história de ambos é indissociável.

Quer a organização precursora da atual ONU, então denominada de Sociedade das Nações (1919-1946), quer aquela podem arvorar que erros não foram cometidos. Particularmente a primeira tem sido fustigada por críticas várias. Ainda que algumas passíveis de serem elas mesmas altamente criticáveis. Mas até aos dias de hoje a tão propalada “sociedade global” não conseguiu reinventar a atual Organização ou encontrar uma fórmula de qualidade superior. E o Brasil desde sempre foi um ator fulcral para a história da Organização e, conseqüentemente, para a história mundial. Já anteriormente aqui se demonstrou o empenho e o crer do Brasil na Organização, como bem salienta o antigo Ministro Celso Amorim, “o Presidente Lula reafirmou a confiança que o Brasil deposita nas Nações Unidas e no seu papel insubstituível”⁵⁰. Recorde-se que o Brasil foi eleito pela primeira vez para o CSNU em 1946 e esteve muito perto de ser membro permanente desde o seu início: “Em 24 de agosto de 1944, durante reunião na Casa Branca sobre o andamento das negociações tripartites com a Grã-Bretanha e a URSS, foi discutida a possibilidade de ingresso da França e do Brasil como membros permanentes do Conselho de Segurança.”⁵¹ Não esquecer ainda que o Brasil participou em ambos os conflitos mundiais com os custos inerentes. Verdade é também que, a par do Japão, o Brasil é o país que mais vezes (nove mandatos) foi eleito como membro não permanente.

⁴⁹ Niky Fabianic, Coordenador Residente ONU no Brasil, Simpósio *13 anos de participação do Brasil na MINUSTAH*, Brasília 23 outubro de 2017.

⁵⁰ Amorim, Celso. O Brasil e a ONU. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 9.

⁵¹ Garcia Eugênio V., “De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945” In Revista Brasileira. Política Internacional 54, p.161.

No mínimo, autoridade moral é inquestionável para alardear sem falsa modéstia que o Brasil e a ONU têm uma trajetória comum indissociável. Para sustentar o êxito desta relação na sua amplitude este artigo é obviamente insuficiente, no entanto êxitos recentes são sem dúvida a imagem marcante desta relação frutuosa para o País e a Organização. O envolvimento do Brasil, quer ao nível de apoio a países que tiveram de receber missões de Paz para a sua sustentabilidade a curto e médio prazos, quer elevando esse patamar ao nível de cooperação, para além da ajuda humanitária imediata, colocam-no na liderança dessa história comum. Este tema é hoje alvo de estudos vários quer a nível académico quer a nível decisório.

Não podemos esquecer que no período compreendido entre 1957 e 1967, o Brasil participou em seis missões de paz e já a partir de 1989 e até 2006 em dezanove missões de paz. Mas é aqui devido um parêntesis para recordar a participação do Brasil no conflito que opôs a Colômbia e o Peru na região do Trapézio de Letícia em 1933. Esse evento inaugurou a tradição da diplomacia brasileira em participação nas missões de paz de âmbito regional e universal, ainda que o Brasil já não fizesse mais parte da Sociedade das Nações. Posteriormente, o Estado Brasileiro continuou atuando em Operações de Paz no âmbito da Organização das Nações Unidas, fornecendo diplomatas e militares, e ainda enriquecendo o diálogo e o debate acerca da paz e seguranças internacionais. Generosa e apreciada postura esta que perdura até aos nossos dias.

O primeiro grande obreiro do atual prestígio de que goza o país no seio da Organização deve-se sem dúvida a figuras ímpares do país, mas que serviram na ONU em lugares de destaque como Sérgio Vieira de Mello⁵² (1948 – 2003) que assumiu o lugar de Representante Especial do Secretário Geral da ONU em Timor Leste, liderando com êxito reconhecido o primeiro governo de facto da ONU. A história prova-nos o acerto da decisão. Só a título de exemplo, recorde-se que foi Vieira de Mello quem instituiu em Timor Leste o dólar americano como moeda oficial de Timor (até hoje), apesar do desconforto, para não dizer forte irritação de países como Austrália, Indonésia e até de Portugal. Outros se seguiram como Representante Especial Adjunto do Secretário Geral da ONU Haiti, Luís Carlos da Costa (1949-2010), ou ainda brilhantes Generais como Augusto Heleno (1947), Urano Bacelar (1947–2006) ou Santos Cruz (1952). Estes últimos fulcrais para pacificação do Haiti.⁵³ Convém lembrar também que o envolvimento das Nações Unidas no Haiti começou em 1990, quando, a pedido do

⁵² Autor serviu em Timor Leste no ano de 2001.

⁵³ Autor serviu no Haiti, entre 2005 e 2008.

Governo provisório, o Grupo de Observadores das Nações Unidas para a verificação das Eleições no Haiti (ONUVEH).⁵⁴

A missão aparentemente de Manutenção da Paz aprovada teve caráter amplo em todas as vertentes acima enunciadas exceto a já referida. Somente de ajuda humanitária imediata, o Brasil contribuiu com 230 milhões USD entre a data do terramoto (12 Janeiro 2010 e o dia 27 do mesmo mês).⁵⁵ Em termos de subsistência, desde a permanente limpeza dos rios que passam em Kenscoff, Gresier ou Cité Soleil⁵⁶ passando pelo projecto de reconstrução e construção de hospitais, até aquisição de ambulâncias.⁵⁷ No campo militar em 25 de maio, chegariam 1.200 militares, a maior participação das forças armadas do Brasil no exterior desde a Segunda Guerra Mundial e exceto com dois curtos interregnos *pro tempore* sempre esteve a componente militar da MINUSTAH sob comando de onze oficiais gerais brasileiros. Mais de 37.500 militares brasileiros serviram na MINUSTAH. Mas este tipo de cooperação reveste-se da maior complexidade pois se está sendo escrutinada por serem os militares a face visível do menos político que são as operações de paz, são, no entanto, a maneira mais rápida, eficiente e menos dispendiosa de fazer cooperação em mais que uma dimensão sejam elas ajuda humanitária, de subsistência, militar, suborno, prestígio e externa para o desenvolvimento.⁵⁸

Quem viveu e conviveu intensamente e *in loco* durante mais de mil dias, a MINUSTAH, e em particular com as componentes políticas e de segurança, sem qualquer sombra de dúvida desconsidera a corrupção. Se a houve, nunca foi alvo de qualquer referência, queixa ou investigação por nenhum dos atores relevantes⁵⁹. Pode discutir-se tal afirmação, mas tão somente no plano da dúvida sistemática. Onze generais brasileiros comandaram a componente militar da MINUSTA, o investimento do Brasil no Haiti ao longo da vigência da MINUSTAH ultrapassou os 2,550 milhões de reais, dos quais foram reembolsados pela Organização cerca de 930 milhões. Apoiaram-se projetos tão variados como estrutura de abastecimento de água e saneamento, saúde, agricultura, infraestrutura viária. Apoiou a reestruturação do Poder Judiciário e a organização do sistema de

⁵⁴ AJONU. Conheça mais sobre a: United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 5 dez 2012. Disponível em: <https://ajonu.org/tag/minustah/>. Acesso em: 27 fev 2018.

⁵⁵ Celso Amorim, Genebra, 27 janeiro 2010, <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/>. Acesso em 27 fev 2018

⁵⁶ Nota do co-autor deste texto que testemunhou recorrentemente a actuação da Companhia de Engenharia do contingente militar brasileiro, julho 2005 a julho de 2008.

⁵⁷ Goulart, Sueli; Costa, Rodrigo Prado da. Perfil da Cooperação Internacional em saúde no Haiti. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 06 jan 2018.

⁵⁸ Morgenthau, Hans J. "A Political Theory for International Aid". In *The American Political Science Review* 56, no. 2 (1962), p. 301.

⁵⁹ Nota autor, *Deputy e Regional Security Officer* em Port-au-Prince, MINUSTAH, julho 2005-julho 2008.

cartórios, sistema eleitoral, promoveu o Brasil a retomada do diálogo político interno, enfatizou a importância de os doadores apoiarem, em outros foros, como o Banco Mundial e o FMI, a renovação de alocação especial para a ação de assistência humanitária e o perdão da dívida haitiana.

Maior mostra de cooperação é difícil, senão impossível, de encontrar no historial da Organização. No plano político, enfatizou a necessidade do retorno do Haiti ao seio da CARICOM, necessário para assinalar o regresso do país ao regime de normalidade institucional.

O sucesso brasileiro na MINUSTAH foi o alicerce para que a ONU convidasse o Brasil para assumir, em 2011, o Comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano), com um Oficial General da Marinha do Brasil. Ainda, nessa ocasião, pela primeira vez na história brasileira, um navio da Marinha do Brasil foi incorporado a uma missão de paz da ONU. Outro facto extremamente importante ocorreu em maio de 2013, quando um Oficial-General do Exército Brasileiro - que já havia sido Comandante da MINUSTAH - foi convidado pelas Nações Unidas para assumir um novo Comando, agora à frente de cerca de 20.000 militares internacionais na MONUSCO (Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo). Convite para integrar outras missões de paz foram recebidas. Claro é o sucesso do Brasil no seio da ONU em várias vertentes.⁶⁰

Um lugar permanente no Conselho de Segurança. Desígnio nacional?

O Brasil é, inquestionavelmente, uma peça importante no teatro internacional. Até que ponto o país quer dar o passo definitivo para ser sempre parte do processo decisório internacional é uma questão adiada. Períodos de maior ou menor entusiasmo na adesão ao CSNU têm caracterizado a política externa como aqui se referiu. Mas a verdadeira questão é a que serve de título a este capítulo final.

O país é considerado uma potência média, tem mais de duzentos milhões de habitantes, está entre as dez primeiras economias do mundo e tem capacidade nuclear, ainda que usos pacíficos. O facto de o Brasil ter aderido nos últimos anos ao multilateralismo com tanto entusiasmo, assumindo um papel de estabilizador e

⁶⁰ Niky Fabianic, Coordenador Residente ONU no Brasil, Simpósio *13 anos de participação do Brasil na MINUSTAH*, Brasília 23 outubro de 2017.

enfazando a necessidade de reforma do mecanismo de segurança coletiva, só reflete que tem consciência das suas limitações.

Mas para que o CSNU, ou pelo menos a parte fundamental dele (P5), olhe para o Brasil da mesma maneira que aborda periodicamente a candidatura do Japão e da Alemanha, falta eliminar dúvidas quer de política externa quer de projeção de poder. Mas no caso destes dois países não existem equívocos no que concerne ao discurso político. Nem a classe política nem a sociedade discutem que os respectivos países devem fazer do CSNU. Ao contrário do Brasil. Periodicamente coloca-se em questão essa necessidade, principalmente em tempos de crise económica.

Se durante os Governos de Lula esse objetivo era claro, o seu antecessor não mostrou grande entusiasmo. No período de governo de Dilma Rousseff, e até aos dias de hoje, nem se coloca esse assunto na pauta política. O fenómeno foi perceptível desde a transição do governo de Lula da Silva para a sua sucessora, afetando a inserção internacional da potência emergente⁶¹. Em ano de eleições, não se escuta uma única declaração do que um ou mais candidatos à presidência do país propõem em termos de política externa. Não existe informação ou sequer notícia de que o país vai rever a sua política externa de maneira estrutural e estruturante num esforço transversal de governança e de objetivo nacional. Não se ouve, por exemplo, falar da revisão da Política de Defesa Nacional (PDN) ou da Estratégia Nacional de Defesa (END) ou de uma lei quadro das Forças Armadas ou uma lei de equipamento militar ou de um acordo de Estado de Política Externa orientada para reivindicar de maneira sustentada e no médio/longo prazo um lugar de membro permanente. As maiores razões, que esporadicamente são invocadas, centram-se na prerrogativa de que o país não é uma potência suficientemente forte em termos económicos e militares (em grande parte devido à ausência de capacidade nuclear militar). É essencial referir, no entanto, que todos esses argumentos são discutíveis e o Brasil se assim o desejar pode cumprir tais requisitos.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2016, o Brasil era a nona economia do mundo e a Rússia a décima segunda.⁶² O que o país tem mais dificuldade em argumentar é na comparação militar. De acordo com o site *Global Firepower*, o Brasil

⁶¹ Cerro, Amado Luiz; Lessa, António Carlos, “O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)”. In Revista Brasileira Política Internacional 57, p. 133.

⁶² Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. As 15 maiores economias do mundo. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>. Acesso em: 15 dez 2017.

era, em 2017, a décima sétima potência militar no planeta.⁶³ Esta dificuldade é evidente: “[...] país *não* reúne as condições para ser uma Grande Potência, principalmente poder militar com que possa competir com as outras grandes potências.”⁶⁴ Apesar do PDN e END serem datados de 2012, razões há para que sejam reanalisados, pois nos últimos seis anos muito mudou no xadrez nacional e mundial e aqueles documentos provaram a sua ineficácia a começar pela base que é EDN o qual não é tão objetivo como deve ser um documento essencialmente político-militar; “pois ele afirma que há nesta uma definição de como *não* fazer a guerra. Para esse autor, os objetivos de “desenvolvimento” suplantam as definições sobre Defesa. Não há, segundo Almeida (2010), uma definição clara dos objetivos de defesa, nem quem são os possíveis inimigos ou rivais do País.⁶⁵ Se se agregar o facto de que em termos comparativos com os seus rivais diretos para o desejado lugar, a relação efetiva *vs.* equipamento está longe do ideal.⁶⁶

Certo é que para o país ser considerado e respeitado como ator global, e, por conseguinte, ser considerado seriamente para membro permanente do CSNU, tem de ter capacidade militar suficiente para tal e discutir a capacidade militar nuclear não pode ser tema *tabu*. Este sempre foi no mínimo um tema muito controverso no país. Em abono da verdade, “Lula foi crítico da decisão de FHC ter assinado o Tratado de Não Proliferação (TNP), mas quando chegou ao poder revelou grande fragilidade”.⁶⁷ No entanto, membros do seu governo fizeram declarações publicas em suporte da ideia de incluir o Brasil no “clube nuclear”, como em 2004 o seu Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, ou, em 2006, o então Secretário Geral do Itamaraty⁶⁸. O facto de o Brasil não ter aderido ao Protocolo Adicional ao TNP, gerando então fortes críticas por alguns dos seus parceiros tradicionais como os EUA, no fundo não mais traduzem que essa possibilidade está pelo menos nas mentes de muitos políticos nacionais. Afinal, não são só os P5 que têm capacidade nuclear militar. O Brasil tem essa capacidade para uso civil (Angra 1 e 2 no Rio de Janeiro) e um Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA), em Iperó (São Paulo), onde estão sendo implantadas as principais oficinas, usinas, laboratórios e

⁶³ The Global Fire Power. 2017 Military Strength Ranking. Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em: 14 jan 2018.

⁶⁴ Rodriguez, Júlio César Cossio. “Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional”. In Revista Brasileira Política Internacional 55, p. 77.

⁶⁵ *Idem*, p. 81.

⁶⁶ The Global Fire Power. 2017 Military Strength Ranking. Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em: 14 jan 2018.

⁶⁷ Patti, Carlo. “O Brasil e as questões nucleares nos anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)”. In Revista Brasileira Política Internacional 53, p. 179.

⁶⁸ *Ididem*.

protótipos desenvolvidos pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), faltando isso sim refinar a sua capacidade tecnológica e adquirir valências em termos de vetores de lançamento. Mas não ignoremos que o Brasil está perto de lançar o seu primeiro submarino de propulsão nuclear. Assim, se terminem os impasses políticos e sociais, a situação pode inverter-se. Certo é que se o Brasil se quiser tornar membro permanente do CSNU tem de estabelecer quatro metas perfeitamente alcançáveis: assumir definitivamente que o Brasil quer ser membro permanente do CSNU; crescimento económico; crescimento social e educativo; e não se envergonhar de que deve ser uma potência militar. Nenhuma destas condições implica que deixe de ser um país pacífico. Desta forma, questiona-se se o desígnio nacional do Brasil em se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU não é efetivamente um objetivo alcançável. Contudo, para tal, o trabalho nos corredores em Nova Iorque, e não só, são imprescindíveis. Conforme referido anteriormente, a diplomacia brasileira é considerada como uma das melhores a nível internacional.

Conclusão

A política externa dos governos de Lula da Silva marcou declaradamente a história da diplomacia brasileira. Verdade é que não marca uma rutura clara com o seu antecessor, o que não invalida que desde há muito tempo não se assistia a um Brasil tão interventivo e tão posicionado em termos de diplomacia ativa. Aproveitando a particularmente favorável conjuntura económica e os ventos de mudança mundial, soube o governo que liderou o país por oito anos colocar o Brasil na primeira linha das discussões mundiais e fazer sentir ao *status quo* instituindo que o país tinha muito mais capacidade, e até direito a ser parte do clube restrito dos grandes decisores mundiais. Fê-lo de maneira clara no seu discurso, mas também nas suas ações. Os governos de Lula não se ficaram pela retórica. Elevou a fasquia desde início ao assumir claramente que o sistema internacional e a sua principal organização têm de ser reformados e não revistos, mas essa reforma não se pode limitar ao CSNU e o Brasil tem que fazer parte sob pena da mesma perder legitimidade.

Assumiu um papel liderante a sul do Equador, mas não se esqueceu da Europa, ao mesmo tempo que alargou horizontes em África e na Ásia. Fez-se presente nos principais fóruns mundiais e aí afirmou que o Brasil estaria presente por pleno direito, mas

objetivava mais. Sonhava com o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, reclamando créditos dos seus nacionais e do seu esforço como Estado. Mas nem toda a sua política interna e externa de êxito foi suficiente para dar o passo decisivo. Faltou esclarecimento interno, assim como vontade, ou mérito, para colmatar as falhas que não lhe permitiram assegurar o passo decisivo. A sua falta de visão estratégica numa componente fundamental como é a demonstração de força, entre outras razões, levaram à perda de fulgor que se acentua no governo subsequente, ainda que seu herdeiro político.

Que o país tem condições para de maneira manifesta para se colocar perante os “pesos pesados” do CSNU, como um país que tem que ser sentado ao lado dos P5 (ainda que acompanhado por outros) disso não há dúvida. A cooperação a nível estatal e internacional será realmente um elemento chave para que o Brasil obtenha o direito de assumir o estatuto de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Bibliografia

AJONU. Conheça mais sobre a: United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 5 dez 2012. Disponível em: <https://ajonu.org/tag/minustah/>. Acesso em: 27 fev 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never Before Seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53 (2), pp. 160-177, 2010.

ALSINA JR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 52 (2), pp. 173-191, 2009.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53 (*special edition*), pp. 214-240, 2010.

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. **Diplomacia, Estratégia e Política (01)**. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 48 (2), pp. 152-168, 2005.

Assembleia Geral, “*In larger freedom: towards development, security and human rights for all*”, A/59/2005, Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/2005. Acesso em: 29 dez 2017.

Assembleia Geral, “Note by the Secretary-General”, A/59/565, 02/12/2004, Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CPR%20A%2059%20565.pdf>. Acesso em: 29 dez 2017.

Assembleia Geral, “Report of the Open-ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and increase in the Membership of the Security Council and other matters related to the Security Council”, A/50/47/Add.1, 13/09/1996, Disponível em: <http://daccess->

ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/234/70/IMG/N9623470.pdf?OpenElement.

Acesso em: 10 jan 2018.

Assembleia Geral, “*Security Council reform process*”, A/61/L.69/Rev.1, 14/09/2007, Disponível em:

em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N07/506/04/PDF/N0750604.pdf?OpenElement>. Acesso

em: 30 dez 2017.

Assembleia Geral da ONU, “Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council”, A/RES/47/62, 11 dez 1992. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/47/a47r062.htm>. Acesso em: 15 jan 2018.

Assembleia Geral, “*Security Council reform process*”, A/61/L.69/Rev.1, 14/09/2007, Disponível em:

em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N07/506/04/PDF/N0750604.pdf?OpenElement>. Acesso

em: 30 dez 2017.

BERNAL-MEZA, Raúl. Pensamento Internacional na era Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53 (*special edition*), 2010.

Center for UN Reform, “*Security Council Reform: How to arrive at a more operational text?*”, 17/02/2015, Disponível em: <http://www.centerforunreform.org/?q=node/628>. Acesso em: 30 dez 2017.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 46 (1), pp. 5-11, 2003.

CERVO, Amado Luiz. Brazil’s Rise on the International Scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53, pp. 7-32, 2010.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 46 (2), pp. 5-25, 2003.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. An Assessment of the Lula Era. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53 (*special edition*), pp. 5-6, 2010.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 57 (2), pp. 133-151, 2014.

CORRÊA, Luís Felipe de Seixas. O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2011, 3ª edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Departamento de Estado dos E.U.A. UN Security Council Expansion. 05/04/2000. Disponível em: http://1997-2001.state.gov/www/issues/fs-unsc_expan_000405.html. Acesso em: 13 fev 2018.

DUNLOP, Regina Maria Cordeiro; FERNANDES, Leonardo Luis Gorgulho N.; VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro (org.). O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (2010-2011). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

FASSBENDER, Bardo. All Illusions Shattered? Looking Back on a Decade of Failed Attempts to Reform the UN Security Council. **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, 7, pp. 183-218, 2003.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da; MORAES, Maria Luísa Escorel de; UZIEL, Eduardo. O Brasil e a ONU. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

GARCIA, Eugênio V. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 54 (1), pp. 159-177, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Política externa, viagens internacionais do presidente Lula e comércio exterior. O fiasco do caixeiro-viajante. **Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, pp. 1-38, 2017.

GOULART, Sueli; COSTA, Rodrigo Prado da. Perfil da Cooperação Internacional em saúde no Haiti. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 06 jan 2018.

HARRISON, Ewan. The Post-Cold War Internatoinal System. Strategies, institutions and reflexivity. Londres: Routledge, 2004.

HUME, Cameron. “The Security Council in the Twenty-First Century”. In *The UN Security Council. From the Cold War to the 21st Century*, edited by David Malone., E.U.A.: Lyenne Rienner Publishers, Inc., pp. 607-615, 2004.

IKENBERRY, John. After Victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. As 15 maiores economias do mundo. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>. Acesso em: 15 dez 2017.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política São Paulo**, n. 89, pp. 275-295, 2013.

KENNEDY, Paul. O Parlamento do Homem. História das Nações Unidas. Lisboa: Edições 70, 2009.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53 (*special edition*), pp. 115-131, 2010.

LOPES, Nuno Tiago dos Santos. A Organização das Nações Unidas e a necessidade de reforma do seu Conselho de Segurança perante o actual sistema internacional. Dissertação de Mestrado. FCSH-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

MALONE, David. Security Council. In *The Oxford Handbook on the United Nations*, ed. Thomas Weiss & Sam Daws (E.U.A.: Oxford University Press, 2007), pp. 117-133.

MORGENTHAU, Hans. A Political Theory of Foreign Aid. **The American Political Science Review**, Washington, DC, vol. 56, no. 2, pp. 301-309, 1962.

NETO, Danilo Marcondes de Souza. A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In PAULA, Marilene de, **Nunca Antes na História desse país...?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011. pp. 100-115.

Organização das Nações Unidas. An Agenda for Peace. **United Nations Rule of Law**, 15/09/2015. Disponível em: http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf. Acesso em: 18 jan 2018.

PATTI, Carlo. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53 (2), pp. 178-197, 2010.

RETAMAL, Hector. ONU decide encerrar missão de paz comandada pelo Brasil no Haiti. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1875340-onu-decide-encerrar-missao-de-paz-comandada-pelo-brasil-no-haiti.shtml>. Acesso em: 11 mar 2018.

RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 55, pp. 70-89, 2012.

The Global Fire Power. 2017 Military Strength Ranking. Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em: 14 jan 2018.

UZIEL, Eduardo. O Conselho de Segurança e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

WHITE, N. Keeping the peace. The United Nations and the maintenance of international peace and security. Reino Unido & E.U.A.: Manchester University Press, 1997.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. A participação do Brasil no Conselho de Segurança de 1945 a 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.